



CONSELHO REGIONAL EUROPA DO CCP

Quarta reunião ordinária

27.02.2020 – 28.02.2020

Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Ata da quarta reunião ordinária do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE), realizada nos dias 27 de fevereiro e 28 de fevereiro 2020 , na Sala dos Concursos, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, Lisboa.

A quarta reunião, incluindo a Ordem de Trabalhos, foi convocada pelo Secretariado do CRCPE: Presidenta Conselheira Luísa Semedo (França) e Secretário Conselheiro Amadeu Batel (Suécia).

Para além dos membros de Secretariado estiveram presente os seguintes Conselheiro(a)s das Comunidades eleito(a)s pela Europa : Alfredo Stoffel, Manuel Machado, José Loureiro (Alemanha) ; José Manuel Costa Gonçalves (Andorra); Pedro Rupio (Bélgica); Raúl Lopes, Manuel Cardia de Lima, João Veloso (França); Rogério Oliveira (Luxemburgo); António Cunha e Sérgio Tavares (Reino Unido); Domingos Pereira, Manuel Figueira (Suíça).

1º Dia - 27 de fevereiro de 2020

09h30 Sessão de abertura

Convidados presentes: deputado Carlos Gonçalves (PSD), Dra. Maria João Ruela (Presidência da República), Dra. Joana Azevedo (Observatório da Emigração), embaixador Júlio Vilela (DGACCP) e Dr. André Ferreira (adjunto SECP).

A Presidenta demissionária Luísa Semedo abriu a sessão dando as boas-vindas a tod(o)as o (a)s presentes, agradecendo a disponibilidade manifestada em participar nos trabalhos do CRCPE tendo, no entanto, mostrado o seu descontentamento por muitas das individualidades

a quem foram endereçados convites, não terem, nem participado, nem se dignado a responder a esses convites.

A Presidenta demissionária sumariou algumas das atividades do CRCPE durante 2019, nomeadamente um conjunto de pareceres, propostas e recomendações produzidas no âmbito das suas competências. Luísa Semedo significou ainda o objetivo central desta reunião em dar continuidade aos objetivos propugnados nas Resoluções 2019/01 e 2019/02 do Conselho Permanente assim como à redação de um Documento único sobre as atividades do CRCPE durante o biénio 2018-2020.

O Secretário apresentou, em síntese, os critérios que presidiram à seleção dos conteúdos programáticos considerados pertinentes a abordar, nomeadamente as Eleições para o CCP à luz das recomendações e das propostas legislativas inscritas na Resolução 2019/01 do Conselho Permanente(CP) e ainda da Resolução 2019/02, propondo à Presidência da AR, aos Grupos parlamentares e às representações partidárias na Assembleia da República a realização de um Plenário temático em fins de maio do corrente ano para debater as “Políticas dirigidas às Comunidades Portuguesas”. Destacou a necessidade de se proceder à revisão da Lei n.º 66-A de 2007, de 11 de dezembro, alterada em 16 de abril, Lei 29/2015 e que o processo legislativo ocorra no primeiro semestre de 2020 para assim viabilizar, dentro dos prazos estabelecidos pela Lei, a realização de Eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas(CCP) no início de outubro de 2020. Relevou ainda o objetivo central da reunião de se conseguir uma participação ativa de membros do Governo, deputados eleitos pelo Círculo da Europa e de deputados dos diferentes grupos parlamentares visto, os temas em debate, serem particularmente relevantes, atuais e do interesse dos decisores políticos. Importa salientar que se pretendia um debate organizado nos horários indicados para evitar, como no passado, a interrupção dos trabalhos com a chegada de deputados e outros convidados em qualquer dia e hora da reunião obstaculizando a realização de um qualquer debate estruturado sobre temáticas de especial relevo para as comunidades. Amadeu Batel salientou que os objetivos perseguidos para esta reunião do CRCPE não foram, no essencial, conseguidos em função do absentismo dos responsáveis políticos convidados a participar, exceptuando a disponibilidade total da Dr. Berta Nunes, Secretária de Estado das Comunidades (SECP) e parcial do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva e dos deputados eleitos pela Europa Carlos Gonçalves(PSD) e Paulo Pisco(PS). O Secretário concluiu, assinalando a circunstância se haver replicado práticas anteriores de impedimento de um verdadeiro contaditório sobre as políticas para as comunidades entre os

representantes do Governo, dos partidos políticos com representação parlamentar e o Conselho Regional da Europa. Uma nota significativa a reter no contexto, da futura discussão da Resolução 2019/01 prende-se com o facto do anterior SECP , Dr José Luís Carneiro, ter publicamente declarado concordar com 90% das propostas e recomendações da referida Resolução.

Em seguida foi dada a palavra aos convidados:

Maria João Ruela

A assessora da Presidência da República realçou na sua intervenção a atenção prestada a todas as mensagens endereçadas pelos conselheiros à Presidência da República e seu interesse pelas preocupações por todas as questões associadas às temáticas propugnadas pelo Conselho das Comunidades durante o fim do atual e no próximo mandato.

Joana Azevedo

Agradeceu o convite e a oportunidade de participar na reunião, tendo endereçado um convite para o estabelecimento de uma parceria entre o Observatório da Emigração e o CRCPE.

Carlos Gonçalves

O deputado do PSD salientou na sua intervenção a necessidade de se dar início ao processo legislativo conducente à revisão da Lei do CCP, tendo em conta que desconhece qualquer proposta de calendarização no sentido do processo estar concluído em junho. A este respeito destacou a responsabilidades de todos para a aprovação de uma nova Lei que viabilize a concretização das Eleições no prazo previsto. O deputado apoiou, em princípio, as recomendações e propostas legislativas da Resolução do CCP sobre a revisão da Lei devido às alterações introduzidas pelo novo Recenseamento Eleitoral, assim como as consultas obrigatórias e a mudança de tutela, incitando o CCP a contactar outras Comissões Parlamentares que não a dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Carlos Gonçalves realçou ainda a participação de muito(a)s candidato(a)s de origem portuguesa nas eleições autárquicas a realizar em França e na Suíça.

Júlio Vilela

O Embaixador apresentou algumas reservas no cumprimento dos prazos enunciados para a revisão da Lei, tendo dado como exemplo, o último processo legislativo iniciado em agosto de 2014 e concluído em agosto de 2015. Em sua opinião tem sempre existido um permanente

contraditório no relacionamento entre os órgãos do CCP, o Governo e ao conjunto das Autoridades ligadas às comunidades portuguesas. Informou ainda não ter sido ainda criado o Grupo de Trabalho(GT) incumbido de avaliar as eleições legislativas no estrangeiro. O GT será constituído por representantes do MNE e do MAI(Ministério da Administração Interna).

André Ferreira

O adjunto da atual e do anterior SECP destacou o papel desempenhado pelo Dr. José Luís Carneiro na valorização do CCP e na ambição de se dar continuidade ao trabalho desenvolvido até ao presente, nomeadamente através de aumento de verba orçamental afetada a este órgão consultivo e na tomada de medidas que, no imediato, tratem de iniciar o processo de revisão da Lei n.º 66-A de 2007, de 11 de dezembro.

10h30 Balanço do trabalho desenvolvido no Conselho Permanente e apresentação de propostas a submeter na reunião anual em 2020.

Amadeu Batel, um dos quatros representantes do CRCPE no Conselho Permanente (CP) apresentou uma síntese do trabalho desenvolvido no CP tendo destacado os seguintes aspetos:

- A) Aspetos negativos: dificuldades organizativas em operacionalizar os objetivos inseridos no PAT por manifesta ausência de recursos afetados através do OE para os órgãos do CCP; a falta de estudos e pareceres sobre os temas estruturantes; a ausência de consultas por parte do Governo; a anulação de um real contraditório do executivo no relacionamento com o CP; as reuniões on-line pouco participadas se bem que necessárias para a funcionalidade de uma coordenação de atividades, bem como uma comunicação mínima entre a(o)s conselheira(o)s das várias regiões e presidentes das Comissões temáticas.
- B) Aspetos positivos a considerar: a eleição de um membro do CRE para a Mesa diretora (Amadeu Batel eleito Vice-presidente); a aprovação da Resolução 2019/01 que visa assegurar a autonomia e a legitimidade institucional do CCP através de um conjunto de propostas legislativas a ser incluídas numa Revisão da Lei antes de se efetuarem Eleições para o CCP; a Resolução 2019/02 que propõe a realização anual na Assembleia da República de um Plenário Temático(PT) sobre as políticas para as Comunidades, devendo o primeiro PT ocorrer durante 2020 por ocasião da reunião do CP; o trabalho pró-ativo desenvolvido na defesa dos direitos políticos do(a) português(a)s residentes no estrangeiro no decurso dos processos ante e pós eleitorais de 25-26 de maio (Eleições Europeias) e 6 de outubro de 2019 (Eleições Legislativas).

11h30 Transmissão e discussão das problemáticas das Secções Locais

Presente neste ponto da reunião esteve o Dr. Bernardo Sousa Reis, Chefe do Gabinete do SE dos Assuntos Fiscais. O Dr. Bernardo Reis mostrou interesse em conhecer a opinião dos conselheiros sobre a utilização do Guia Fiscal nas comunidades salientando a importância de uma avaliação sobre a sua utilidade. Referiu-se ainda ao Programa Regressar e à medida recentemente tomada pelo Governo em retirar do Programa os benefícios fiscais a partir de 2020. Em seguida interpelado pelos conselheiros Rogério Oliveira (Luxemburgo), Sérgio Tavares (Reino Unido), Domingos Pereira (Suíça), José Manuel Gonçalves (Andorra), Manuel Cardia de Lima (França) e Alfredo Stoffel (Alemanha) prestou esclarecimentos sobre um leque de problemáticas ligadas sobretudo ao Guia Fiscal e Programa Regressar: dupla tributação, mais valias, taxas sobre imóveis, paraísos fiscais (Andorra) e a possibilidade de prolongar os benefícios fiscais por mais dois anos. Realçou ainda a iniciativa tomada pelo Governo em colocar 5 (cinco) adidos sociais nas embaixadas em França, Reino Unido, Suíça, Luxemburgo e Alemanha. Concluiu mostrando total abertura em dar continuidade ao ótimo relacionamento com os representantes das nossas comunidades na Europa.

Paulo Pisco

O deputado do PS salientou na sua intervenção a importância de um conjunto de temas postos ao Governo de novo devido às atuais circunstâncias. Neste contexto, deu particular relevo ao Programa Regressar, pelo seu simbolismo, no quadro das políticas públicas para as Comunidades. O deputado referiu-se ainda ao aumento da capacidade reivindicativa das nossas comunidades devido ao alargamento do processo eleitoral. Destacou, também, a abordagem positiva que existe do CCP e do seu trabalho que deve ser valorizado e reconhecido.

Paulo Pisco declarou a sua total solidariedade para com Luísa Semedo alvo de ataques e ofensas racistas e xenófobas por ter tomado posição contra a legitimidade política do Partido Chega no quadro do sistema político-partidário nacional.

14h00 Balanço do trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas e propostas a submeter na próxima reunião anual em 2020.

Os Conselheiros Manuel Cardia de Lima, Manuel Figueira (Comissão Temática para as Questões Sociais, Ecomómicas e dos Fluxos Migratórios), Alfredo Stoffel (Comissão Temática sobre o Ensino de Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social) e Sérgio Tavares (Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Política e Cívica) apresentaram uma avaliação crítica do funcionamento e trabalho produzido pelas Comissões que integram em representação do CRE. Deram conta, em particular, nos últimos tempos, da falta de participação, decréscimo de interesse, dificuldades de coordenação interna, incluindo o necessário feedback do Conselho Permanente.

Alfredo Stoffel propõe que em sede da próxima Revisão da Lei as Comissões Temáticas passem a integrar os Conselhos Regionais. Após análise e discussão sobre a participação dos representantes do CRE na reunião das Comissões Temática a realizar em Lisboa, nos próximos dias 28 e 29 de abril o CRCPE tomou as seguintes deliberações:

- a) Questões de abordagem prioritária nas Comissões Temáticas: **Políticas de Ensino, Cultura e Associativismo** na (Comissão Temática sobre o Ensino de Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social); **Avaliação do processo eleitoral de 6 de outubro de 2019 (acompanhamento do trabalho do Grupo de Trabalho criado nos MNE e MAI); Revisão da Lei do CCP atendendo à nova geografia eleitoral e o peso da Europa com 60% dos eleitores** (Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Política e Cívica); **Programa Regressar, Segurança social** na (Comissão Temática para as Questões Sociais, Ecomómicas e dos Fluxos Migratórios).
- b) **Nomear Pedro Rupio e Amadeu Batel** para participarem na reunião da (Comissão Temática sobre o Ensino de Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social) em substituição **de Alfredo Stoffel e Paulo Marques** impedidos de estarem presentes na data marcada para a reunião (28-29 de abril).

**16h00 Eleições para o CCP à luz das propostas e recomendações da Resolução 2019/01
Diálogo com a Senhora Secretária de Estado para as Comunidades Portuguesas, Dra. Berta Nunes.**

A Secretária de Estado saudou todos os presentes e agradeceu à Presidenta Luísa Semedo o convite para participar nos trabalhos do CRCPE. A Dra Berta Nunes expressou a sua vontade e a do Governo em prosseguir o estreitamento da ligação ao Conselho das Comunidades na procura de soluções que valorizem as Comunidades Portuguesas. Salientou ainda que uma postura construtiva e dialogante são essenciais para uma boa governação, apesar de existirem opiniões diferentes sobre as temáticas associadas às políticas dirigidas aos portugueses e seus descendentes no estrangeiro.

Em seguida iniciou-se um diálogo sobre questões consideradas atuais, tendo a SE manifestado um posicionamento positivo em relação a propostas enunciadas na Resolução 2019/01, nomeadamente as relativas às consultas obrigatórias, autonomia e legitimação institucional do CCP. No entanto, manifestou opinião contrária à do CCP sobre a mudança de tutela do MNE para a Presidência do Conselho de Ministros, assim como a ação política do Governo passar a estar centrada na política interna como propugna o CCP. No seu entendimento as políticas dirigidas às comunidades devem continuar a integrar os objetivos da política externa.

Um outra questão onde manifesta algumas reservas prende-se com o Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) tendo interpelado o Conselheiro Pedro Rupio sobre a Petição “Português para Todos”

Interpelada pelo(a)s conselheiros João Veloso (questões consulares em Clermontd- Ferrand) ; Luísa Semedo (paridade, direitos das mulheres, apoio social), Alfredo Stoffel (a injustiça da propina por não ser paga por todos e ser inscrita no orçamento do Camões Instituto); Rogério Oliveira (segurança social) , Sérgio Tavares (problemáticas resultantes no pós-Brexit) salientou a necessidade de melhorar o atendimento e continuar a modernização dos serviços prestados nomeadamente na Rede Consular;o apoio social a portugueses carenciados; solucionar os problemas da administração pública no que concerna facilitar o acesso a documentos para as reformas, reforçado com o destacamento de 5 (cinco) adidos sociais em França, Alemanha, Luxemburgo, Suíça e Reino Unido com permanências sociais em várias

áreas consulares desses países; acompanhar o processo de pós-Brexit e agilizar medidas para assegurar os direitos da(o)s portuguesa(s) residentes no Reino Unido; continuar de forma determinada a defesa dos direitos sociais, cívicos e económicos das portuguesas residentes no estrangeiro e concordar com a injustiça da propina nos moldes em que está a ser feita.

O Conselheiro Pedro Rupio em resposta à interpelação da Dra Berta Nunes assinalou os motivos que presidiram à iniciativa da qual é o primeiro subscritor, nomeadamente: i) as decisões políticas dos Governos a partir 2010 nas áreas das políticas linguística e educativas que têm levado à extinção do ensino de português como língua materna(LM), decisões que transgridem os direitos constitucionais das crianças e jovens portugueses em situação diaspórica;ii) a desvalorização e o **desinvestimento** contínuo no ensino formal do português como LM que resultará na perda de uma forte ligação linguística, cultural e identitária por parte dos lusodescendentes;iii) a introdução da taxa de inscrição(propina) obrigatória para os cursos frequentados por alunos portugueses; iv) a adoção da designação Português Língua de Herança (PLH) como sinónimo de Português Língua Estrangeira (PLE) que levou à criação de programas, desenvolvimento de materiais didáticos e adoção de descritores avaliativos destinados ao PLE para efeitos de certificação de aprendizagens não aplicáveis no ensino de línguas estrangeiras nos sistemas educativos dos países de acolhimento.

Pedro Rupio assegurou que os petionários insistem na reversão do processo de desinvestimento no ensino de português LM e solicitam a revogação da propina assim como a mudança de tutela do EPE do MNE para o Ministério da Educação.

O Secretário Amadeu Batel pôs em relevo os posicionamentos do CRCPE sobre a degradação do EPE tendo como públicos- alvo as crianças e jovens lusodescendentes. Efetivamente quando o Estado português decide deixar de apoiar a(o)s filha(o)s da(o)s portuguesa(s) residentes no estrangeiro que não têm direito, nem a uma oferta de aprendizagem formal da língua materna integrada nos sistemas educativos dos países de acolhimento/residência, nem à oferta dessa aprendizagem por parte do Estado português, há uma evidente posição ideológica de os deixar sozinhos, subtraindo-lhes o direito constitucional à preservação da sua língua materna na sua matriz identitária e abandonados à total assimilação linguística e cultural nos países onde residem. O CRCPE refuta veementemente estas opções ideológicas do Governo português.



CONSELHO REGIONAL EUROPA DO CCP

Quarta reunião ordinária

27.02.2020 – 28.02.2020

Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

[2º Dia – 28 de fevereiro 2020](#)

09h30 Eleições para o CCP à luz das propostas e recomendações da Resolução 2019/01 .

Os conselheiros retomaram a análise e discussão da necessidade de se proceder a uma alteração legislativa antes de se convocarem Eleições para o CCP. A este propósito foram acentuadas as iniciativas propostas na Resolução 2019/01 que visam assegurar autonomia, identidade e legitimidade institucional ao CCP, nomeadamente as consultas obrigatórias em matérias estruturantes dirigidas às Comunidades e a afetação de recursos financeiros adequados para o cumprimento das funções e competências.

Além disso, considera-se essencial uma revisão dos círculos eleitorais atendendo ao peso da Europa em termos de número de eleitores no quadro das alterações introduzidas na Lei do Recenseamento Eleitoral. Por estes motivos, considera-se imperioso que ocorra uma Revisão da Lei antes de se realizarem Eleições.

Na abordagem realizada sobre as questões acima enunciadas foram produzidas pela(o)s conselheira(o)s importantes opiniões das quais se evidenciam as seguintes:

O processo de revisão legislativa já devia ter sido iniciado, tendo-se perdido, no mínimo, seis meses, dando aso a algumas tomadas de posição no respeitante a pré-anúncios de datas para a efetivação do ato eleitoral para o CCP ; não se devia mudar sempre a Lei muito embora, neste caso, se justifique ; o prazo estabelecidos na Lei para a Eleição do CCP, devia ser cumprido, para se evitarem críticas, por vezes, infundadas dirigidas ao conselheiros, do tipo,« Estão agarrado(a)s ao poder!» ; a atual Lei enforma inúmeras interpretações, sobretudo, uma evidente sobreposição de poderes entre os seus vários órgãos e, finalmente, **considerar imperativo a mudança da Lei e o respetivo adiamento das Eleições.**

Nesta conformidade, por proposta do Secretário, o CRCPE aprovou por unanimidade a seguinte recomendação :

" O CRCPE recomenda, caso o processo legislativo conducente à revisão da Lei n.º66-A de 2007, de 11 de dezembro, alterada em 16 de abril Lei 29/2015 não ocorra no primeiro semestre de 2020, que as Eleições marcadas para outubro de 2020, sejam proteladas para o primeiro trimestre de 2021, haja em vista o cumprimento do processo legislativo tendente à aprovação pela Assembleia da República da revisão da Lei n.º66-A de 2007, de 11 de dezembro, alterada em 16 de abril Lei 29/2015. «

Às 11.h30 Balanço do CRCPE- revisão e síntese dos documentos emitidos. Redação de um documento único.

A Presidenta Luísa Semedo apresentou em síntese um balanço dos documentos emitidos durante o biénio 2018-2020. Dentre destes documentos foi dada uma maior relevância ao que aborda as múltiplas problemáticas inerentes ao Programa Regressar. Foram apresentadas algumas propostas de aditamento ao documento à luz de algumas medidas tomadas recentemente pelo Governo e inseridas durante o seu acompanhamento e execução. Importante esclarecer que o Programa Regressar nunca foi objeto de análise pelo CRCPE. Luísa Semedo responsabilizou-se pela redação dessa novas propostas e de elaborar o Documento Único do CRCPE. A discussão deste tema foi interrompido pela chegada à Sala do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Senhora Secretária de Estado das Comunidades.

Às 12.h00 Diálogo com o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros(MNE), Augusto Santos Silva e a Senhora Secretária de Estado das Comunidades(SECP), Berta Nunes.

Luísa Semedou saudou a presença do Senhor MNE e da Senhora SECP. Augusto Santos Silva dirigiu-se aos conselheiros presentes mostrando a sua disponibilidade para um diálogo aberto sobre questões que lhe quisessem colocar, muito embora só dispusesse de 18 minutos para o efeito.

Em seguida, o Senhor Ministro foi interpelado por alguns dos conselheiros sobre questões consideradas pertinentes. Rogério de Oliveira: o atendimento social e os problemas de funcionários licenciados no consulado do Luxemburgo; Sérgio Tavares: o recrudescimento de comportamentos xenófobos contra a comunidade portuguesa e a legalização dos cidadãos portugueses no Reino Unido nos prazos estabelecidos no pós-Brexit; José Loureiro: a continuidade dos Diálogos com as Comunidades; Alfredo Stoffel: a injustiça do pagamento da propina; Amadeu Batel: a falta de disponibilidade e de interesse, enquanto responsável pela tutela das Comunidades Portuguesas, de ao longo da anterior e da atual legislaturas, em debater com alguma profundidade, as políticas do Governo com o CRCPE, anulando o contraditório e qualquer consulta; a necessidade de uma mudança de paradigma na ação política orientada para a Comunidade portuguesa no estrangeiro e luso-descendente centrada na política externa e ainda a mudança de tutela para o Presidência do Conselho Ministros visto a vocação do MNE ter orientações e objetivos fora do âmbito das Comunidades Portuguesas.

Respondendo ao conjunto de questões formuladas, Augusto Santos Silva começou por afirmar que não anda fugido da relação com as comunidades, considerando o CCP um parceiro importante na busca de soluções que valorizem as políticas públicas para as comunidades. Assegurou ter lido a Resolução 2019/01 do CCP declarando não estar de acordo com algumas dessas propostas, em particular, a mudança de tutela. A este respeito referiu o facto de até à data nenhuma orgânica governativa ter equacionado essa mudança, visto considerar-se que as problemáticas ligadas aos portugueses e luso-descendentes terem uma projeção no exterior. Manifestou também a sua perplexidade, caso se concretizasse uma mudança de tutela, ter de abandonar esta responsabilidade na altura em que foi eleito deputado pela Emigração. Reafirmou ainda a vontade de manter os “Diálogos com as Comunidades durante a presente legislatura; de proteger os cidadãos portugueses vítimas de xenofobia ao mesmo tempo que a responsabilidade da regularização da permanência no Reino Unido (230 000 já regularizados) cabe exclusivamente aos nossos compatriotas aí residentes; equacionou a possibilidade de durante esta legislatura discutir a revogação da propina; a reposição da normalidade nos consulados incluindo a abertura de 7(sete) novas estruturas consulares; a melhoria significativa do atendimento social no Luxemburgo com a nomeação de um adido social. Replicando ao MNE, Amadeu Batel reafirmou que quis significar, apenas e tão-só, o facto de o Senhor Ministro jamais se ter disponibilizado para debater com o CRCPE as políticas estruturantes dirigidas aos Portugueses no estrangeiro e luso-descendentes. Estranhou, também, a argumentação defendida quanto à preservação da tutela das Comunidades no MNE. Efetivamente o Senhor Ministro continua refém de um

pensamento e um raciocínio anquilosados, incapazes de aceitar uma nova/outra qualquer ideia sobre a realidade das Comunidades e a necessidade de uma mudança de tutela.

14h30 Diálogo com a Senhora Secretária de Estado das Comunidades, Dra Berta Nunes.

Retomados os trabalhos com a presença da Senhora SECP que se fez acompanhar do Vice-presidente do Instituto Camões, Dr. João Neves e da Dra Catarina Paiva com o propósito de se aclararem questões relativas à estratégia do IC para o EPE .

O Vice-presidente do CICL, destacou na sua síntese introdutória sobre a Estratégia Global para a Internacionalização da Língua Portuguesa (LP) os aspetos relevantes plasmados nessa Estratégia articulada em vários níveis de ensino:i) integração curricular do Português Língua Estrangeira(PLE) e Português Língua de Herança(PLH) nos sistemas educativos dos países onde existem ou não comunidades portuguesas. Neste contexto (Ensinos básico-secundário), esta assumida estratégia tem sido um êxito, havendo a LP sido reconhecida em 34 países, dando acesso, em condições de igualdade aos alunos lusodescendentes;ii) integração da LP no Ensino Superior em todo o mundo incluindo a criação de cátedras. Esta estratégia valoriza o estatuto da LP, abrindo também um espaço de importante saber reconhecido às comunidades portuguesas, acrescido de um reconhecimento social.

O Dr. João Neves evidenciou ainda o enorme investimento nestes níveis de Ensino, em particular, no EPE (básico-secundário) onde foram afetados 23 milhões de Euros no sentido de se aprimorar os processos ensino-aprendizagem da LP como PLE e PLH e melhorar a qualidade de Ensino em todos os níveis.

Pedro Rupio reforçou a sua crítica à estratégia seguida pelo Governo e executada pelo CICL, visto esta estratégia conduzir ao afastamento dos lusodescendentes de Portugal, da sua língua e da sua cultura. Demonstrou através da exibição de textos de materiais didáticos utilizados no EPE(a alunos de vários perfis linguísticos) serem destinados para o ensino de PLE com metas de aprendizagem e descritores de avaliação não apropriados e mais grave: os alunos de origem portuguesa em França e Espanha integrarem turmas de PLE com outros alunos de várias origens étnicas.

Amadeu Batel referiu-se, em síntese, a algumas das inconsistências da a Estratégia Global para a Internacionalização da Língua Portuguesa (LP). Com efeito estamos perante estratégias com objetivos diferenciados e na qual se tomaram opções manifestamente lesivas dos direitos linguísticos, culturais e identitários dos lusodescendentes à luz do articulado constitucional.

A opção pelo PLH enquanto sinónimo de PLE , aqui defendida pelo Dr, João Neves, foi tomada numa altura em que os próprios países onde foram inicialmente introduzidos, EUA e Canadá o abandonaram definitivamente. Além disso, em nenhum país europeu as Línguas de Herança existem nas suas Leis -Quadro para as Línguas e, por conseguinte, não integram os sistemas educativos desses países enquanto disciplinas curriculares. O PLH é uma área pluri e interdisciplinar que necessita de abordagens terminológicas, conceituais, de política linguística, formativas e didáticas. Em matéria de política linguística a opção pelo PLH em detrimento do PLM não foi neutra, tendo esta a opção determinado opções de natureza formativa e didática como por exemplo: Programas, desenvolvimento de materiais didáticos, sistema de avaliação (descritores avaliativos) e formação de professores.

Concluindo: o Governo e o Camões Instituto insistem em não saber distinguir e confundir as políticas linguística e educativas num contexto de internacionalização da língua portuguesa e a sua grande afirmação enquanto Língua Global das políticas de língua e educação, destinadas às crianças e jovens portugueses lusodescendentes nas comunidades portuguesas no sentido de se evitar a mudança linguística logo na segunda geração e a respetiva assimilação linguística.

Luisa Semedo agradeceu a presença do vice-presidente do CICL, Dr. João Neves e da Dra Catarina Paiva.

Após uma curta pausa os trabalhos foram reiniciados com a presença da Dra Berta Nunes e do embaixador Júlio Vilela

Retomada a discussão da temática atinente à Revisão da Lei do CCP a Dra Berta Nunes anunciou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para o efeito. O GT integrará representantes da DGACCP, MAI, SECP e CCP. O representante do CCP será designado pelo Conselho Permanente na sua próxima reunião on-line.

O embaixador Júlio Vilela mostrou-se favorável à realização das Eleições para o CCP em outubro do corrente ano, atendendo ao facto de em 2021 se realizarem eleições para a Presidência da República e para as Autarquias. Sustentou a sua posição na falta de tempo necessário para que se chegue a um consenso político-partidário sobre as alterações a introduzir na Lei. Destacou alguns exemplos conhecidos em relação ao tema da alteração aos círculos eleitorais (proporcionalidade) exigida pelo atual número de recenseados.:

n.o recenseados automático	antes do recenseamento automático	após recenseamento
Emirados	8	2708
Irlanda	86	3999
Chile	30	807

Amadeu Batel agradeceu as palavras avisadas do embaixador mas reiterou a posição já assumida pelo CRECP em protelar as eleições para o primeiro trimestre de 2021 após a Revisão da atual Lei.

Para finalizar estabeleceu-se um diálogo entre os conselheiros presentes e a Secretária de Estado onde foram enunciados e analisados vários problemas que afetam muitos dos nossos compatriotas na Europa: racismo, xenofobia, discriminações, situação dos sem-abrigo, idosos abandonados, mães solteiras desamparadas, isolamento social, obstáculos ao regresso a Portugal, o direito mortuário face à trasladação do corpo dos falecidos para Portugal, falta de apoio ao movimento associativo etc.

Concluída a reunião Luisa Semedo renovou os agradecimentos à Dra Berta Nunes pela sua empenhada e ativa colaboração pelo êxito dos trabalhos da Reunião do CRECP .

Às 16h30 Aprovação da ata da 3.a reunião ordinária do CRCPE

A ata da 3.a reunião ordinária do CRCPE realizada em 28 de fevereiro e 1 de março de 2019 foi lida e apresentada sendo, após parecer dos conselheiros presentes como cópia fiel dos trabalhos realizados, aprovada, na forma do Regulamento deste Conselho Regional,

Às 16h40 Eleição da/o Presidenta/e e Secretária/o do Conselho Regional da Europa

(nos termos da Lei n° 66-A / 2007, de 11 de dezembro, alterada pela Lei n° 29/2015 de 16 de abril).

Apresentaram-se duas listas candidatas à Mesa Diretora do CRCPE: uma liderada por Pedro Rupio e uma outra por Alfredo Stoffel. As duas listas propunham Amadeu Batel para o cargo de secretário.

Após ouvidos os candidatos à presidência e os conselheiros, Alfredo Stoffel retirou a sua candidatura **tendo os conselheiros presentes aprovado por unanimidade a eleição dos**

Conselheiros Pedro Rupio e Amadeu Batel para os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Regional da Europa para um mandato de um ano.

Às 17h30 Encerramento dos trabalhos do segundo dia

A Presidenta deu por encerrada a reunião do CRCPE saudando tod(a)os a(o)s presentes, conselheira(o)s, agradecendo o empenho e o contributo dados para o êxito da reunião, tendo também alertado para a nossa constante observância no respeitante à prossecução das orientações e conclusões saídas desta reunião, no sentido de assegurar a autonomia, legitimação institucional do CCP e o sucesso de políticas dirigidas a várias gerações e categorias de migrantes portugueses a residir no estrangeiro.

Estocolmo, aos 30 de março de 2020

Amadeu Batel

Secretário

Luisa Semedo

Presidenta

